



Novos Cadernos NAEA

v. 28, n. 4 • jan-mar 2026 • ISSN 1516-6481/2179-7536



SEGURANÇA ALIMENTAR E PROTEÇÃO BIOCULTURAL: A EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NA TERRA INDÍGENA SORORÓ

FOOD SECURITY AND BIOCULTURAL PROTECTION: THE IMPLEMENTATION OF BRAZIL'S FOOD ACQUISITION PROGRAMME (PAA) IN THE SORORÓ INDIGENOUS TERRITORY

Alexssandra Muniz Mardegan  

Ministério Público do Estado do Pará, Belém, PA, Brasil

Mirtes Emilia Almeida Manaças  

Fundação Casa da Cultura de Marabá, Marabá, PA, Brasil

Caroline Lima dos Anjos  

Fundação Casa da Cultura de Marabá, Marabá, PA, Brasil

Ana Carolina Muniz Mardegan  

Universidade Estácio de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto, SP, Brasil

Antonio dos Santos Motta  

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), Marabá, PA, Brasil

RESUMO

O presente artigo analisa a experiência de implementação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na Terra Indígena Sororó, no sudeste do Pará, destacando seus impactos na segurança alimentar, na justiça socioambiental e na proteção biocultural do povo Aikewara. A pesquisa adota metodologia interdisciplinar, combinando análise documental, observação participante e entrevistas semiestruturadas, fundamentadas em revisão de literatura sobre agricultura familiar, direitos territoriais e bioeconomia. O estudo evidencia que a integração do PAA às práticas agrícolas tradicionais nos Aikewara contribuiu para o fortalecimento da soberania alimentar, promoveu a inclusão social e econômica das famílias indígenas, especialmente das mulheres, e impulsionou a preservação de saberes ancestrais e da sociobiodiversidade. Destaca-se, ainda, o potencial da cultura do cacau como vetor para a bioeconomia local. Conclui-se que o caso da TI Sororó oferece elementos replicáveis para políticas públicas comprometidas com a proteção da sociobiodiversidade, a segurança alimentar e o bem-viver na Panamazônia.

Palavras-chave: Aikewara-Suruí; agricultura familiar; políticas públicas; sudeste paraense.

ABSTRACT

This article examines the implementation of Brazil's Food Acquisition Programme (Programa de Aquisição de Alimentos – PAA) in the Sororó Indigenous Territory, located in southeastern Pará, highlighting its impacts on food security, socio-environmental justice, and the biocultural protection of the Aikewara people. The research adopts an interdisciplinary methodology, combining documentary analysis, participant observation, and semi-structured interviews, grounded in a literature review on family farming, territorial rights, and bioeconomy. The study shows that integrating the PAA into the Aikewara's traditional agricultural practices strengthened food sovereignty, fostered the social and economic inclusion of Indigenous households—especially women—and supported the preservation of ancestral knowledge and socio-biodiversity. The findings also underscore the potential of cacao cultivation as a driver of local bioeconomic development. The article concludes that the Sororó Indigenous Territory case provides replicable elements for public policies committed to protecting socio-biodiversity, advancing food security, and promoting *buen vivir* in the Pan-Amazon region.

Keywords: Aikewara-Suruí; family farming; public policies; southeastern Pará.

1 INTRODUÇÃO

Ao abordar a questão agrária no Brasil, é essencial reconhecer a contribuição produtiva e positiva da agricultura familiar para a economia nacional, evidenciada por números expressivos em sua produção e pessoal empregado. Nesse sentido, a agricultura familiar destaca-se por sua importância nas dimensões social e ambiental. Sua luta e organização possuem uma longa trajetória histórica e têm obtido crescente reconhecimento ao longo dos anos. Entretanto, a agricultura familiar brasileira tem enfrentado um processo de desigualdade no campo, intensificado por políticas voltadas para empreendimentos agropecuários de grande porte. Apesar das transformações significativas no sistema agrário, as condições históricas entre trabalhadores e patrões permanecem inalteradas, preservando relações arcaicas de trabalho (Herrera, 2012).

Ao longo do século XX, as políticas de desenvolvimento na Amazônia priorizaram uma modernização desconectada da realidade local, favorecendo grandes empresários com terras e créditos rurais. Enquanto isso, as populações amazônidas enfrentaram dificuldades para se manterem em seus territórios e prosperarem. Segundo Loureiro (2009), esse modelo concentrava riqueza em pequenos grupos e oferecia apenas políticas sociais paliativas, sem promover reais melhorias na qualidade de vida. Essa dinâmica reflete um contexto agrário marcado por conflitos fundiários, grandes projetos de integração nacional e marginalização dos pequenos agricultores, perpetuando desigualdades e estruturas excludentes na região (Herrera, 2012).

No estado do Pará, a agricultura familiar se destaca como a principal atividade econômica em grande parte do território, gerando renda e garantindo a alimentação para a população local (Adepará, 2017). Apesar dos inúmeros desafios históricos e das constantes imposições do sistema capitalista, a agricultura familiar se mantém como um espaço de resistência e reprodução de lógicas socioprodutivas seculares e consolidadas. Nesse processo, ela se firmou como essencial para a produção de alimentos básicos, empregando um contingente significativo de trabalhadores e contribuindo de forma crucial para a economia regional (Filgueiras; Herrera, 2012).

A agricultura familiar no estado do Pará, especialmente no Nordeste Paraense, desempenha papel crucial tanto no abastecimento alimentar quanto na preservação dos modos de vida tradicionais da região. Como uma das áreas mais populosas e com maior concentração rural do estado

do Pará, o Nordeste Paraense é marcado por uma diversidade de práticas agrícolas que refletem sua rica história de ocupação, desde os cacicados pré-colombianos até a introdução de migrantes oriundos de outras regiões do Brasil ao longo do século XX (Hurtienne, 2005; Monteiro, 2009).

Além de sustentar economias locais, a agricultura familiar na região se destaca por sua resiliência em face das adversidades socioeconômicas e pela capacidade de integrar cultivos perenes, cultivos anuais e pecuária, formando sistemas produtivos adaptados às condições ambientais e sociais únicas da Amazônia. Essa dinâmica reforça a importância da agricultura familiar não apenas como atividade econômica, mas como base para o desenvolvimento sustentável e para a manutenção da identidade cultural da região.

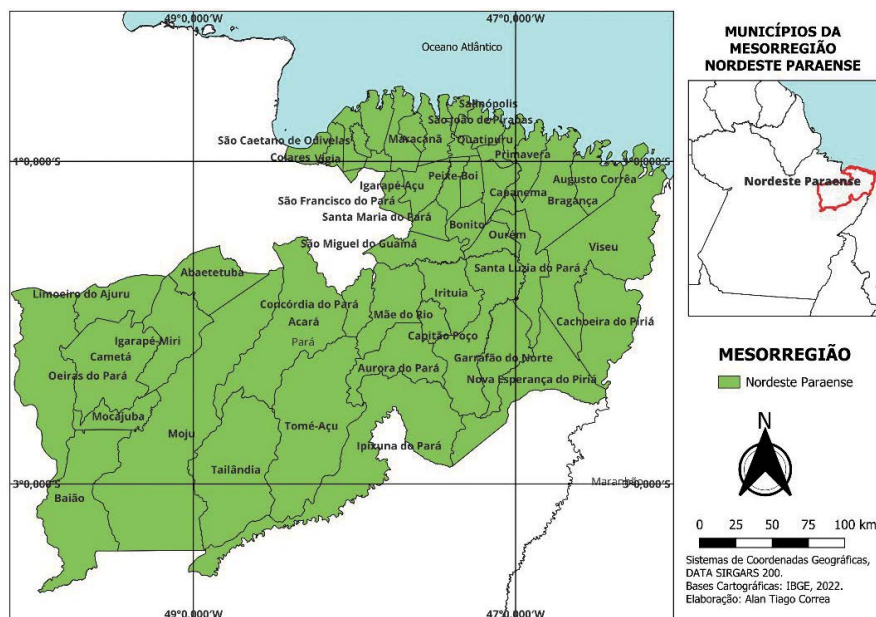
Nesse contexto, a integração entre os diversos agentes envolvidos no desenvolvimento regional torna-se crucial para potencializar os resultados almejados, aproveitando a experiência e o conhecimento de cada instituição participante. Portanto, ao investigar o papel da agricultura familiar no desenvolvimento da economia paraense, surge a seguinte questão: “Quais as características da produção agropecuária no Nordeste Paraense e como a oferta de produtos da agricultura familiar se compara à produção não familiar na região?”.

O objetivo geral é caracterizar a produção agropecuária no Nordeste Paraense, com destaque para a participação da agricultura familiar em relação à agricultura não familiar, utilizando os dados do Censo Agropecuário de 2017. Os objetivos específicos incluem: (1) Identificar a distribuição geográfica e a concentração de estabelecimentos agropecuários familiares e não familiares na mesorregião Nordeste Paraense; (2) Comparar os principais produtos ofertados pela agricultura familiar e não familiar, destacando as diferenças em termos de volume e diversidade.

2 ASPECTOS METODOLÓGICOS

A área de estudo abrange a mesorregião do Nordeste Paraense, composta por um total de 49 municípios (Figura 1). Essa mesorregião ocupa uma área territorial de 82.571,40 km² e concentração populacional estimada em 1.897.410 habitantes (IBGE, 2024), conforme dados mais recentes. Essa região é marcada pela dinâmica socioeconômica diversificada, com destaque para atividades agrícolas e pecuárias, que desempenham papel crucial na economia local.

Figura 1 – Mesorregiões do Estado do Pará



Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados do IBGE (2022).

Em termos de metodologia, é importante ressaltar que esta pesquisa adota uma abordagem descritiva. Esse tipo de pesquisa não se limita apenas à coleta de dados, mas também se configura como um levantamento abrangente. Ao contrário de simplesmente identificar relações entre variáveis, as pesquisas descritivas visam aprofundar a compreensão dos fenômenos em estudo, buscando elucidar suas características e dinâmicas subjacentes (Gil, 2023).

O método de análise e interpretação dos dados adotado neste estudo se baseia na descrição das variáveis relacionadas ao contexto da agricultura familiar e na evolução da produção agropecuária por eles gerada. Para isso, serão utilizados dados do Censo Agropecuário de 2017. As culturas consideradas para análise incluem: agroindústria rural, pecuária, horticultura, lavoura temporária, lavoura permanente e extração vegetal.

No que diz respeito às variáveis relacionadas à produção, foram analisados a quantidade produzida, o número de estabelecimentos e o tipo de estabelecimento em relação às produções, familiar e não familiar.

3 DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA E AGRICULTURA FAMILIAR: CONTEXTOS HISTÓRICOS E TEÓRICOS

3.1 DESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA

O debate sobre desenvolvimento econômico, intensificado após a Segunda Guerra Mundial, trouxe à tona reflexões profundas sobre os caminhos para superar a estagnação econômica e os problemas sociais. Sachs (2004) destacou que os economistas da época apostavam no pleno emprego, na intervenção estatal e no crescimento econômico como pilares fundamentais para o desenvolvimento. No entanto, essa visão predominantemente quantitativa do crescimento foi criticada por sua incapacidade de atender às necessidades humanas em sua plenitude. Oliveira (2002) argumentou que o desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo que integra transformações econômicas, políticas e, sobretudo, sociais, priorizando o bem-estar da população.

Uma das principais críticas à abordagem tradicional do crescimento econômico foi elaborada por Furtado (1983, 2007), que enfatizou a necessidade de construir modelos de desenvolvimento que considerem as especificidades locais. Para ele, o desenvolvimento deve ser pensado como “reencontro com o gênio criativo da cultura” e a realização das potencialidades humanas. Essa visão contrasta com a adoção de modelos exógenos, frequentemente impostos por economias centrais, que desconsideram as particularidades culturais, geográficas e sociais dos países periféricos.

Na tentativa de mensurar o desenvolvimento de forma mais abrangente, Mahbub ul Haq e Amartya Sen propuseram, nos anos 1990, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), uma métrica que vai além do Produto Interno Bruto (PIB). De acordo com Matos e Rovella (2010), o IDH incorporou dimensões como saúde e educação, trazendo um contraponto ao enfoque exclusivamente econômico. No entanto, reconhece-se que o índice ainda não é suficiente para capturar toda a complexidade do desenvolvimento, como aspectos relacionados à justiça social, sustentabilidade ambiental e democracia, mencionados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em 1995.

No Brasil, o desenvolvimento econômico sempre foi fortemente associado a políticas de modernização econômica, muitas vezes alheias às realidades locais. Furtado (2007) argumenta que os modelos de integração econômica impostos à Amazônia, por exemplo, foram marcados pela

tentativa de homogeneizar as estruturas socioeconômicas, negligenciando as particularidades da região. As políticas públicas voltadas para a Amazônia, como a criação da SPVEA (Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia) e da Sudam (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia), refletiram essa abordagem exógena. Marques (2016) ressalta que essas instituições priorizaram o capital externo e os grandes projetos industriais, frequentemente associados à exploração intensiva de recursos naturais e à concentração de terras, enquanto desconsideravam as populações locais e suas necessidades.

O modelo de desenvolvimento aplicado na Amazônia agravou desigualdades sociais e causou sérios impactos ambientais. Leitão (2009) explica que projetos como o POLOAMAZÔNIA, criados para aproveitar as potencialidades agropecuárias e minerais da região, resultaram em desmatamento, deslocamento forçado de populações e perda de biodiversidade. Esses projetos beneficiaram uma elite econômica, em detrimento da maioria da população, que foi marginalizada em um processo de modernização forçada. Lemos (2007) destaca o caso emblemático da construção da usina hidrelétrica de Tucuruí, que causou o deslocamento de milhares de famílias, alterações no ecossistema do rio Tocantins e impactos socioeconômicos profundos.

As críticas ao modelo de desenvolvimento exógeno são reforçadas por Loureiro (2009), que aponta para os equívocos políticos, sociais e econômicos que caracterizaram a modernização da Amazônia. Para o autor, a implementação de políticas públicas baseadas em paradigmas liberais e neoliberais ignorou as potencialidades locais e as necessidades da população, perpetuando desigualdades e contribuindo para a exclusão social. Silva e Simonian (2015) acrescentam que o processo modernizador alterou profundamente as relações entre as populações tradicionais e o meio ambiente, promovendo conflitos fundiários e incentivando práticas predatórias de exploração dos recursos naturais.

Nesse contexto, Galuch e Menezes (2020) defendem a necessidade de uma nova abordagem para o desenvolvimento da Amazônia, que integre crescimento econômico, preservação ambiental e inclusão social. Essa perspectiva exige políticas públicas que considerem a diversidade cultural e ambiental da região, rompendo com os ciclos históricos de exploração e negligência. Brito (2001) enfatiza que é fundamental promover um desenvolvimento sustentável, que dialogue com as especificidades locais e valorize o conhecimento das populações tradicionais.

Dessa forma, a análise dos modelos aplicados à região destaca a importância de repensar as estratégias de desenvolvimento, incorporando dimensões sociais, ambientais e culturais. Nesse movimento, é igualmente necessário reconhecer a ascensão, sobretudo a partir do final do século XX, de políticas públicas mais favoráveis à inclusão da agricultura familiar, como o Pronaf, o PAA e o PNAE, que buscaram ampliar o acesso a crédito, mercados institucionais e programas de assistência técnica. Essas iniciativas, ao lado das políticas estaduais de regularização fundiária e incentivo à inovação tecnológica, representam avanços significativos no enfrentamento das desigualdades históricas no campo. Assim, busca-se promover um desenvolvimento que seja inclusivo, sustentável e efetivamente capaz de melhorar as condições de vida das populações locais, atendendo às suas demandas e respeitando suas especificidades.

3.2 ASPECTOS TEÓRICOS SOBRE A AGRICULTURA FAMILIAR E SEU PAPEL NO NORDESTE PARAENSE

A agricultura familiar é caracterizada pelo uso de mão de obra predominantemente familiar na produção agrícola, pecuária, pesqueira e florestal. Segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), essa forma de agricultura é responsável por mais de 80% da produção mundial de alimentos em termos de valor (FAO, 2023).

No Brasil, a Lei nº 11.326/2006 (Brasil, 2006) normatiza a agricultura familiar com base em quatro critérios específicos: i) contam com menos de quatro módulos¹ fiscais de terra; ii) utilizam basicamente a mão de obra familiar; iii) a renda familiar deriva principalmente do estabelecimento; e iv) administram seu próprio estabelecimento. Vale destacar que o IBGE (2018) utiliza o termo “não familiar” para designar produtores que não cumprem os critérios legais da agricultura familiar. Essa distinção tem ajudado a desfazer preconceitos historicamente associados à agricultura familiar, frequentemente vista como limitada para competir em mercados dinâmicos devido a restrições de recursos.

No Nordeste Paraense, a agricultura familiar é um elemento estruturante do território. Historicamente, a região tem sido caracterizada pela ocupação tradicional e por práticas agrícolas adaptadas ao contexto

1 No Brasil, o tamanho do módulo fiscal varia de 5 a 110 hectares, dependendo do município. Esse valor é estabelecido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) por meio de Instruções Especiais (IE).

amazônico. Hurtienne (2005) ressalta que o uso de florestas secundárias em sistemas rotacionais, combinado com o cultivo de espécies perenes e anuais, é uma das estratégias mais comuns entre os agricultores familiares dessa área. Essa combinação permite a conservação de recursos naturais, ao mesmo tempo que assegura a diversidade produtiva, essencial para a segurança alimentar das famílias.

Lamarche (1993) analisa a agricultura familiar como um sistema dinâmico, composto por múltiplas formas de organização, desde unidades voltadas para a subsistência até sistemas modernizados e integrados ao mercado. No Nordeste Paraense, essas categorias convivem, representando diferentes níveis de interação com as cadeias produtivas locais e regionais. Essa diversidade é ilustrada por práticas que combinam o manejo de pequenos lotes de terra com inovações tecnológicas, como o uso de insumos agrícolas e biotecnologias, conforme observado por Fossá e Renk (2021).

A estrutura fundiária do Nordeste Paraense também influencia diretamente a dinâmica da agricultura familiar. Monteiro (2009) aponta que o histórico de concentração de terras e os processos migratórios na região moldaram práticas de cultivo e manejo. Apesar dessas adversidades, os agricultores familiares têm demonstrado uma resiliência significativa, adaptando-se às mudanças econômicas e sociais e mantendo sua relevância como atores-chave no sistema produtivo local.

Outro aspecto fundamental é a integração entre os mercados locais e regionais. Como Abramovay (2012) destaca, a agricultura familiar opera em um espaço que combina autonomia produtiva com dependência de redes de comercialização. No Nordeste Paraense, essa interação é observada nas feiras locais e nos circuitos de comercialização que conectam pequenos produtores a consumidores urbanos. A proximidade entre produção e consumo tem contribuído para a estabilidade econômica da região, embora ainda existam desafios relacionados à infraestrutura e à logística.

O papel do Estado é essencial para fortalecer a agricultura familiar no Nordeste paraense. Políticas públicas estruturantes, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e o Bolsa Família têm contribuído para melhorar as condições de vida e fomentar a produção. No entanto, como aponta Wanderley (1999), essas políticas ainda são insuficientes para resolver problemas estruturais, como a falta de acesso a crédito, assistência técnica qualificada e mercados mais amplos. Uma maior integração dessas iniciativas com estratégias de desenvolvimento regional poderia ampliar o impacto positivo para as famílias rurais.

A lógica produtiva da agricultura familiar é frequentemente associada à racionalidade camponesa, conforme descrita por Chayanov (1974). Ele argumenta que a unidade familiar combina funções produtivas e de consumo, diferindo dos modelos capitalistas baseados no trabalho assalariado. Essa perspectiva é essencial para entender como os agricultores familiares no Nordeste Paraense lidam com limitações de recursos e equilibram suas necessidades de subsistência com a participação no mercado.

Além disso, a diversidade cultural e ecológica da Amazônia desempenha um papel significativo na definição das práticas agrícolas familiares. Hurtienne (2005) observa que enquanto algumas famílias adotam sistemas de pousio e rotação de cultivos, outras têm se especializado em cultivos perenes e na pecuária bovina, refletindo as especificidades locais. Essa flexibilidade permite que os agricultores se adaptem às condições ambientais e às demandas do mercado, mantendo sua relevância no contexto regional.

A introdução de tecnologias também tem transformado a agricultura familiar no Nordeste Paraense. Nos últimos 20 anos, avanços como a mecanização parcial e o uso de biotecnologia têm contribuído para aumentar a eficiência produtiva e ampliar as possibilidades de inserção no mercado, segundo Monteiro (2009). Esses progressos representam passos importantes para o fortalecimento do setor, mas também trazem novos desafios, como o aumento dos custos de produção e a necessidade de capacitação técnica. Nesse sentido, torna-se fundamental a implementação de políticas públicas mais inclusivas, capazes de garantir o acesso equitativo às inovações e de consolidar os benefícios alcançados.

Os sistemas de produção agrícola na região são amplamente influenciados por fatores ambientais e socioeconômicos. Estudos de Hurtienne (2005) destacam que, apesar das limitações, as famílias conseguem manter práticas sustentáveis, como a preservação de florestas secundárias e o uso racional dos recursos hídricos. Essas estratégias são essenciais para garantir a resiliência do setor frente a desafios como mudanças climáticas e pressão por desmatamento.

No contexto do Nordeste Paraense, as relações de trabalho também refletem a importância da organização comunitária. Abramovay (2012) observa que os laços sociais entre os agricultores fortalecem a cooperação e a troca de conhecimentos, fundamentais para o sucesso de práticas coletivas como associações e cooperativas. Essas iniciativas têm sido importantes para acessar mercados mais amplos e obter melhores condições de negociação para seus produtos.

Embora a agricultura familiar enfrente desafios significativos, como a insegurança fundiária e a competição com grandes produtores, seu papel como motor do desenvolvimento regional é inegável. Galuch e Menezes (2020) defendem que uma abordagem mais integrada, que combine aspectos econômicos, sociais e ambientais, é essencial para promover um desenvolvimento rural sustentável. Isso inclui não apenas políticas públicas, mas também a valorização do conhecimento tradicional e das práticas locais.

A agricultura familiar no Nordeste Paraense não é apenas uma atividade econômica, é também uma expressão da identidade cultural e histórica da região. Conforme Wanderley (2003), essa forma de produção combina tradição e inovação, mostrando que o fortalecimento do setor depende tanto de ações institucionais quanto da capacidade das famílias de se adaptarem às mudanças. Assim, a agricultura familiar continua sendo um pilar para o desenvolvimento sustentável da região amazônica.

4 ANÁLISE DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DA MESORREGIÃO NORDESTE PARAENSE

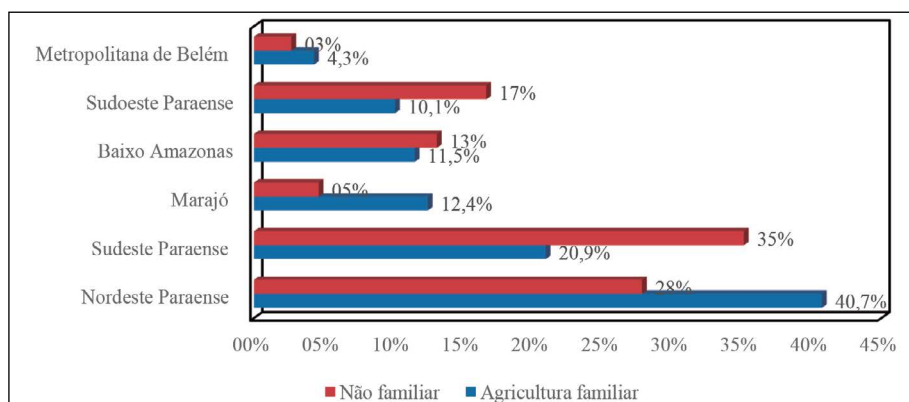
Historicamente marcada por intensos fluxos migratórios e pela ocupação tradicional de comunidades locais, a Mesorregião Nordeste Paraense apresenta uma paisagem agrícola diversificada, composta por áreas de florestas secundárias, cultivos perenes, como o açaí (*Euterpe oleracea*) e a pimenta-do-reino (*Piper nigrum*), lavouras temporárias de mandioca (*Manihot esculenta*), feijão (*Phaseolus vulgaris* L.) e arroz (*Oryza sativa*), além de atividades pecuárias em menor escala (Hurtienne, 2005; Monteiro, 2009). Essa diversidade produtiva confirma a leitura de Lamarche (1993) sobre a multiformidade da agricultura familiar, na qual coexistem sistemas tradicionais e modernizados, que refletem tanto a resiliência dos agricultores quanto as desigualdades de acesso a recursos produtivos.

Além da diversidade produtiva, a paisagem do Nordeste Paraense evidencia a forte presença da agricultura familiar como elemento estruturante da vida rural. Estudos apontam que a região concentra a maior proporção de estabelecimentos familiares do estado, caracterizados pelo uso predominante de mão de obra doméstica, pela produção voltada tanto ao autoconsumo quanto à comercialização em mercados locais e regionais, e pela integração com atividades extrativistas, como o manejo do açaí e do bacuri (Pessoa, 2007; Barbosa, 2023).

Essa configuração socioprodutiva faz do Nordeste Paraense um espaço estratégico para compreender os desafios e potencialidades da agricultura familiar no Pará, combinando tradição, inovação e resiliência diante de contextos econômicos e ambientais adversos. Tal dinâmica expressa a racionalidade camponesa descrita por Chayanov (1974), segundo a qual as famílias conciliam produção e consumo, reproduzindo-se socialmente sem a lógica exclusiva da acumulação de capital. Nesse sentido, o Nordeste Paraense configura-se como espaço estratégico para compreender os desafios e potencialidades da agricultura familiar no Pará, combinando tradição, inovação e resistência diante de contextos adversos.

A análise da produção agropecuária da Mesorregião Nordeste Paraense, com base no Censo Agropecuário de 2017, permite uma compreensão mais detalhada da distribuição geográfica e da concentração de estabelecimentos familiares e não familiares, bem como sua produção. O Gráfico 1 demonstra a distribuição percentual da concentração de estabelecimentos familiares e não familiares nas mesorregiões do estado do Pará, conforme o Censo Agropecuário de 2017.

Gráfico 1 – Percentual da concentração de estabelecimentos familiares e não familiares nas Mesorregiões do estado do Pará



Fonte: IBGE (2018).

Cabe ressaltar, entretanto, que esses dados se referem ao último levantamento censitário disponível, o que impossibilita afirmar se o panorama se mantém exatamente o mesmo na atualidade, especialmente diante das transformações recentes, como os efeitos socioeconômicos

da pandemia de Covid-19. Ainda assim, por sua abrangência e rigor metodológico, o Censo Agropecuário de 2017 permanece como a fonte mais consistente para caracterizar a realidade regional, servindo de base sólida para análises descritivas sobre a configuração produtiva da agricultura familiar e não familiar.

Ao analisar a concentração de estabelecimentos, observa-se que o Nordeste Paraense possui a maior concentração de estabelecimentos familiares, com 40,7% do total regional, seguido pelas regiões Sudeste Paraense (20,9%), Marajó (12,4%) e Baixo Amazonas (11,5%). Isso indica uma predominância da agricultura familiar nessas regiões, com exceção do sudeste paraense e especialmente no Nordeste Paraense, onde há uma maior dependência da agricultura de subsistência e da produção de alimentos básicos, como, por exemplo, açaí, mandioca e farinha.

Para Pessoa (2007), a agricultura familiar apresenta uma distribuição geográfica desigual, com variações econômicas, sociais e culturais entre as regiões. Entre suas principais características, destaca-se a predominância da mão de obra familiar nos estabelecimentos rurais, o uso limitado de tecnologia nas práticas agropecuárias e uma produção diversificada, principalmente voltada para o consumo alimentar da própria família.

Passando para a análise das quantidades produzidas, no que diz respeito à lavoura permanente, na mesorregião Nordeste Paraense, a produção de açaí é amplamente dominada pela agricultura familiar, com 81,1% do total, ou 102.784 toneladas, enquanto a produção não familiar representa apenas 18,9% (23.981 toneladas) (Tabela 1). O cultivo do açaí é uma das principais fontes de renda e sustentação econômica para os pequenos produtores (Barbosa, 2023). Costa (2015) explica que a atividade do açaí na mesorregião nordeste paraense se tornou promissora devido às várzeas oferecerem as condições ideais para o desenvolvimento do açaizeiro, sendo uma palmeira característica desse ecossistema. Além disso, “a intervenção humana tem favorecido a sua expansão, tornando o açaizeiro uma espécie dominante na paisagem estuarina atual, embora o manejo inadequado possa trazer desafios para a sustentabilidade a longo prazo” (Costa, 2015, p. 25).

Tabela 1 – Quantidade produzida dos principais produtos da lavoura permanente da mesorregião Nordeste paraense, em 2017

Produtos da lavoura permanente	Quantidade produzida por categoria			
	Não familiar	%	Agricultura familiar	%
Dendê (coco) (t)	773.150	96,0	31.886	4,0
Açaí (fruto) (t)	23.981	18,9	102.784	81,1
Coco-da-baía (Mil frutos)	111.773	97,8	2.461	2,2
Laranja (t)	23.633	53,3	20.733	46,7
Pimenta-do-reino (t)	5.525	27,8	14.343	72,2
Limão (t)	10.292	59,5	7.014	40,5
Maracujá (t)	658	13,0	4.416	87,0
Banana (t)	968	21,8	3.472	78,2
Cupuaçu (t)	1.455	41,5	2.053	58,5
Mamão (t)	598	18,2	2.691	81,8
Tangerina (t)	1.335	41,8	1.856	58,2
Acerola (t)	1.003	37,5	1.671	62,5
Cacau (amêndoa) (t)	467	31,0	1.040	69,0
Outros produtos*	824	30,8	1.855	69,2

Fonte: IBGE (2018).

* abacate, café arábica em grão (verde), caju, goiaba, graviola, manga, pitaia, pupunha (cacho), urucum (semente).

Já o dendê (*Elaeis guineensis*) é cultivado predominantemente por grandes propriedades, com 773.150 toneladas (96%) sendo provenientes da produção não familiar. A agricultura familiar contribui com apenas 31.886 toneladas (4%). Essa concentração indica a forte presença de grandes plantações de dendê na região, voltadas para a produção industrial de óleo de palma e outros derivados (Nahum; Santos, 2023).

Produtos como pimenta-do-reino e maracujá (*Passiflora edulis*) também são dominados pela agricultura familiar, que responde por 72,2% e 87% da produção total, respectivamente. Filgueiras (2003) explica que a predominância de pequenos agricultores nesses cultivos mostra a capacidade de diversificação produtiva das famílias agrícolas, contribuindo para a geração de renda e sustentabilidade alimentar.

Em relação à lavoura temporária, na mesorregião Nordeste Paraense, conforme indicado na Tabela 2, a mandioca é, de longe, o principal produto da lavoura temporária, com uma produção total de 683.799 toneladas, das quais 91,7% (626.861 toneladas) são oriundas da agricultura familiar. O milho em grão (*Zea mays*) também é amplamente cultivado na região, com a agricultura familiar contribuindo com 11.707 toneladas (18,4% do total) e

a produção não familiar respondendo por 51.936 toneladas (81,6%). A baixa participação dos pequenos produtores no cultivo de milho e grão reflete, segundo Almeida, Pereira e McGrath (2001), as características da produção, que demanda maiores áreas de plantio e maior capital, limitando a inserção dos pequenos agricultores nesse mercado.

Outro destaque na região é a produção de malva (*Malva sylvestris* L.), que é quase exclusivamente produzida por agricultores familiares, com percentuais de 97,6%. A produção de fibras, como a malva, revela a diversidade produtiva da região e o potencial da agricultura familiar para explorar nichos específicos de mercado.

Tabela 2 – Quantidade produzida dos principais produtos da lavoura temporária da mesorregião Nordeste Paraense, em 2017

Produtos da lavoura temporária	Quantidade produzida por categoria			
	Não familiar	%	Agricultura familiar	%
Mandioca (t)	56.938	8,3	626.861	91,7
Milho em grão (t)	51.936	81,6	11.707	18,4
Milho forrageiro (t)	13.366	95,0	697	5,0
Arroz em casca (t)	3.173	43,0	4.213	57,0
Feijão fradinho em grão (t)	2.321	40,1	3.469	59,9
Melancia (t)	990	21,3	3.657	78,7
Abacaxi (Mil frutos)	925	26,8	2.524	73,2
Cana-de-açúcar (t)	576	30,6	1.306	69,4
Abóbora, jerimum (t)	454	32,3	951	67,7
Sorgo em grão (t)	816	72,1	316	27,9
Feijão verde (t)	236	33,3	473	66,7
Feijão de cor em grão (t)	130	23,0	434	77,0
Malva (fibra) (t)	4	2,4	164	97,6
Outros produtos*	130	13,1	863	86,9

Fonte: IBGE (2018).

* algodão herbáceo, amendoim em casca, batata-inglesa, cana forrageira, cebola, fava em grão, feijão preto em grão, fumo em folha seca, gergelim (semente), melão, tomate rasteiro (industrial).

Em termos de extrativismo, a Tabela 3 revela que a mesorregião Nordeste Paraense é uma das mais importantes para o extrativismo do estado do Pará, com uma produção expressiva de produtos como açaí (fruto), palmito, lenha e bacuri (*Platonia insignis*). O açaí é o principal produto, com a agricultura familiar respondendo por 118.431 toneladas, o que corresponde a 94,2% do total. A produção não familiar de açaí é de apenas 7.357 toneladas (5,8%).

Esses números evidenciam a relevância do açaí para a economia local, com milhares de famílias dependentes dessa atividade para sua subsistência e geração de renda. Barbosa (2023) destaca que o extrativismo do açaí no Nordeste Paraense está associado a práticas tradicionais e sistemas agroflorestais, que promovem a conservação dos ecossistemas e a sustentabilidade da produção. A produção de palmito também é significativa, com a agricultura familiar contribuindo com 2.387 toneladas (88,3%), enquanto a produção não familiar é de 315 toneladas (11,7%).

Outro produto de destaque é a lenha, cuja produção familiar alcança 1.473 mil m³, representando 95% do total, em comparação aos 78 mil m³ (5%) da produção não familiar. Além disso, produtos como bacuri, buriti e bacaba têm sua produção majoritariamente realizada pela agricultura familiar, com percentuais superiores a 90%, evidenciando a importância do extrativismo para a economia rural e a preservação das práticas culturais e ambientais da região.

Tabela 3 – Quantidade produzida dos principais produtos do extrativismo da mesorregião Nordeste Paraense, em 2017

Produtos do extrativismo	Quantidade produzida por categoria			
	Não familiar	%	Agricultura familiar	%
Açaí (fruto) (t)	7.357	5,8	118.431	94,2
Palmito (t)	315	11,7	2.387	88,3
Lenha (Mil m ³)	78	5,0	1.473	95,0
Bacuri (t)	95	6,6	1.336	93,4
Buriti (coco) (t)	57	5,2	1.039	94,8
Bacaba (fruto) (t)	51	8,7	537	91,3
Castanha-do-Pará (t)	48	10,6	405	89,4
Murici (t)	41	9,6	387	90,4
Andiroba (semente) (t)	32	13,1	212	86,9
Madeira em toras - outra finalidade (Mil m ³)	49	21,3	181	78,7
Cacau (amêndoa) (t)	9	5,1	166	94,9
Cupuaçu (Toneladas)	13	7,4	162	92,6
Outros produtos*	83	7,4	1.038	92,6

Fonte: IBGE (2018).

* borracha (látex coagulado), borracha (látex líquido), cajarana, mangaba (fruto), murumuru (semente), pequi, pupunha (coco), tucumã, ucuuba (amêndoa).

Em relação à horticultura na mesorregião Nordeste Paraense, a Tabela 4 destaca uma quase total dominância da agricultura familiar na produção hortícola. Produtos como maxixe (99,3%), couve (96,1%) e quiabo

(99,6%) são quase exclusivamente produzidos por pequenos agricultores. A participação da agricultura não familiar é marginal, com apenas 0,7% da produção de maxixe e 3,9% da produção de couve. Essa realidade exemplifica a proximidade entre produção e consumo discutida por Abramovay (2012), uma vez que grande parte desses produtos abastece feiras e mercados locais. Tal dinâmica também corrobora a visão de Chayanov (1974) sobre a racionalidade familiar, que organiza a produção em função da subsistência e da inserção em circuitos de comercialização curtos. Contudo, como adverte Wanderley (2003), o pleno potencial da horticultura depende de políticas públicas que melhorem a infraestrutura e ampliem o acesso a mercados, sob pena de limitar a capacidade competitiva desses produtores.

Para Pessoa (2007), a baixa participação da agricultura não familiar pode ser atribuída a características geográficas e socioeconômicas da região, que favorecem a produção em pequenas propriedades familiares. Dessa forma, o modelo produtivo local depende fortemente das práticas familiares, responsáveis por grande parte do suprimento de hortaliças consumidas no Pará.

Tabela 4 – Quantidade produzida dos principais produtos da horticultura da mesorregião Nordeste Paraense, em 2017

Produtos da horticultura	Quantidade produzida por categoria			
	Não familiar	%	Agricultura familiar	%
Maxixe (t)	35	0,7	4.752	99,3
Couve (t)	138	3,9	3.357	96,1
Quiabo (t)	13	0,4	3.256	99,6
Coentro (t)	194	7,5	2.387	92,5
Pimenta (t)	272	12,4	1.929	87,6
Pepino (t)	146	10,3	1.267	89,7
Alface (t)	112	8,4	1.214	91,5
Cebolinha (t)	95	11,0	772	89,0
Milho verde (espiga) (t)	118	17,0	576	83,0
Chicória (t)	10	2,1	473	97,9
Caruru (t)	15	5,1	280	94,9
Salsa (t)	4	2,3	171	97,7
Outros produtos*	37	6,5	531	93,5

Fonte: IBGE (2018).

* abobrinha, agrião, almeirão, batata-doce, cará, couve-flor, gengibre, hortelã, mudas e outras formas de propagação (produzidas para plantio), pimentão, rúcula, tomate (estaqueado).

Em termos de agroindústrias, a Tabela 5 mostra a mesorregião Nordeste paraense como um dos maiores polos de produção agroindustrial do Estado,

com forte participação da agricultura familiar. A farinha de mandioca é o principal produto agroindustrial da região, com 91% da produção total (159.443 toneladas) proveniente de agricultores familiares, enquanto a agricultura não familiar responde por apenas 9% (15.832 toneladas). Esse dado ilustra a capacidade das famílias de transformar práticas tradicionais em mercadorias para mercados regionais, reforçando a análise de Wanderley (2003) sobre a combinação entre tradição e inovação. Além disso, esses números indicam que o Nordeste Paraense é um dos maiores fornecedores de farinha de mandioca do Estado, desempenhando, segundo Pessoa (2007), papel crucial na segurança alimentar regional.

Além da farinha de mandioca, outros produtos também são amplamente dominados pela agricultura familiar, como o carvão vegetal, com 91,1% da produção (5.714 toneladas), e os sucos de frutas, em que a agricultura familiar é responsável por 89,8% da produção total (1.631 mil litros). A produção de polpa de frutas segue essa tendência, com 86,6% da produção (1.852 toneladas) proveniente de pequenos agricultores. No entanto, em relação à produção de carne de bovinos (verde), observa-se que ainda há uma predominância da agricultura não familiar nesta cadeia, respondendo por 73,7% da produção.

Tabela 5 – Quantidade produzida dos principais produtos agroindustriais da mesorregião Nordeste Paraense, em 2017

Produtos da agroindústria rural	Quantidade produzida por categoria			
	Não familiar	%	Agricultura familiar	%
Farinha de mandioca (t)	15.832	9,0	159.443	91,0
Carvão vegetal (t)	560	8,9	5.714	91,1
Polpa de frutas (t)	287	13,4	1.852	86,6
Sucos de frutas (Mil litros)	186	10,2	1.631	89,8
Goma ou tapioca (t)	124	10,4	1.072	89,6
Arroz em grão (t)	75	13,6	477	86,4
Carne de bovinos (verde) ² (t)	401	73,7	143	26,3
Outros produtos*	1.352	42,0	1.870	58,0

Fonte: IBGE (2018).

* café torrado e moído, carne de suínos (verde), couros e peles, fumo em rolo ou corda, óleos vegetais, pães, bolos e biscoitos, produtos de madeira, queijo e requeijão.

Em relação à pecuária, a mesorregião Nordeste Paraense apresenta uma distribuição equilibrada entre agricultura familiar e não familiar em

² Animais criados em um sistema de pastagem sem agrotóxicos, que podem ser suplementados com alimentos de origem vegetal.

várias espécies (Tabela 6). A produção de galináceos, por exemplo, é quase igualmente dividida, com a agricultura familiar contribuindo com 51,2% do total e a não familiar com 48,8%. A produção de bovinos, por outro lado, é dominada pela agricultura não familiar, que responde por 68,1% do total, enquanto a agricultura familiar contribui com 31,9%. Silva (2023) sugere que, mesmo em uma região com forte presença de pequenos produtores, as grandes propriedades ainda têm uma vantagem competitiva em criações de maior porte, como o gado bovino.

A criação de suínos, no entanto, segue uma tendência contrária, com a agricultura familiar dominando 85,7% da produção, indicando que os pequenos produtores conseguem competir eficientemente em criações de ciclo mais curto e de menor custo. Espécies como patos e gansos (88,1% familiar) e perus (88,6% familiar) também reforçam essa dinâmica, em que a produção familiar é predominante em aves menores. Essa configuração reforça a leitura de Herrera (2012) sobre a heterogeneidade da produção agropecuária paraense, marcada por desigualdade estrutural, mas também por estratégias adaptativas das famílias. Essas estratégias, ao priorizarem criações de menor escala e menor custo, demonstram a resiliência camponesa e sua capacidade de permanecer relevante no sistema produtivo regional.

Em suma, o Nordeste Paraense exibe uma dualidade na produção pecuária, com a agricultura familiar se sobressaindo em criações de aves e suínos, enquanto a produção não familiar domina em espécies de maior porte, como bovinos e bubalinos. Essa divisão reflete as diferentes capacidades produtivas e a adaptação dos pequenos produtores às limitações de terra e capital.

Tabela 6 – Quantidade produzida das principais espécies da pecuária na mesorregião Nordeste Paraense, em 2017

Espécie da pecuária	Quantidade produzida por categoria			
	Não familiar	%	Agricultura familiar	%
Galináceos	1.839.251	48,8	1.932.437	51,2
Bovinos	624.159	68,1	292.296	31,9
Suínos	20.712	14,3	124.034	85,7
Patos e gansos	16.677	11,9	123.152	88,1
Perus	3.109	11,4	24.086	88,6
Equinos	9.319	39,0	14.600	61,0
Bubalinos	9.372	69,2	4.171	30,8
Ovinos	6.523	55,4	5.258	44,6
Caprinos	5.784	51,1	5.546	48,9
Muare	3.116	47,6	3.431	52,4
Codornas	104	6,0	1.619	94,0
Asininos	490	28,7	1.215	71,3

Fonte: IBGE (2018).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agricultura familiar no Nordeste Paraense reafirma-se como um dos pilares da economia regional, sendo responsável por uma produção diversificada que atende às necessidades alimentares locais e gera impactos econômicos significativos. Produtos essenciais como mandioca, feijão, arroz e hortaliças sustentam a base alimentar da região, enquanto cultivos de maior valor, como o açaí e a pimenta-do-reino, ampliam as possibilidades de geração de renda e inserção em mercados competitivos. Essa capacidade de diversificação produtiva reflete o papel estratégico da agricultura familiar na promoção da segurança alimentar e na dinamização das economias locais.

No entanto, ao mesmo tempo em que os dados evidenciam a relevância desse segmento, também revelam seus limites e vulnerabilidades. A concentração fundiária, a competição com grandes produtores e as dificuldades de acesso a crédito, assistência técnica e mercados mais amplos continuam sendo entraves estruturais que dificultam a plena realização do potencial da agricultura familiar. Ademais, a ausência de dados censitários mais recentes impõe uma limitação à análise, já que não é possível afirmar se o panorama atual se mantém idêntico ao de 2017. Ainda assim, o levantamento utilizado oferece uma base sólida para compreender a configuração produtiva regional e reforça a importância de novos estudos que avancem em análises comparativas e de séries temporais.

A análise também indica que políticas públicas têm papel fundamental na sustentação e no fortalecimento desse setor. Programas como o Pronaf, o PAA e o PNAE, aliados a iniciativas estaduais de regularização fundiária e incentivo à inovação tecnológica, são estratégicos para ampliar o acesso dos agricultores familiares a crédito, mercados institucionais e novas tecnologias. No entanto, tais políticas ainda não são suficientes para superar as desigualdades históricas e territoriais.

Além disso, a paisagem produtiva do Nordeste Paraense mostra que a agricultura familiar desempenha não apenas uma função econômica, mas também cultural e ambiental. Ao conciliar práticas tradicionais com novas formas de manejo e uso de tecnologias, as famílias rurais preservam a identidade regional, ao mesmo tempo em que se adaptam às demandas de um mercado cada vez mais exigente. Esse equilíbrio entre tradição e inovação pode ser uma das chaves para o fortalecimento da agricultura familiar no futuro, desde que haja políticas consistentes que garantam infraestrutura

adequada, logística para o escoamento da produção e valorização de cadeias produtivas locais.

Portanto, embora o presente estudo tenha priorizado um enfoque descritivo, seus resultados permitem vislumbrar implicações mais amplas. A agricultura familiar no Nordeste Paraense, ao mesmo tempo em que garante segurança alimentar e sustenta economias locais, enfrenta desafios estruturais que exigem atenção contínua. O fortalecimento desse setor depende de um conjunto de ações articuladas entre Estado, sociedade civil e os próprios agricultores, de modo a promover não apenas a produtividade e competitividade, mas também a justiça social e a preservação ambiental. Assim, a agricultura familiar continuará sendo um componente essencial para o desenvolvimento sustentável da Amazônia Paraense.

AGRADECIMENTO

À Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento desta pesquisa, cujo apoio foi essencial para sua realização.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Edusp, 2012.

ADEPARÁ. Agricultura é responsável por quase 40% da economia do Pará. **Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Estado do Pará**, Belém, 1 ago. 2017. Disponível em: <https://www.parapaz.pa.gov.br/artigos/agricultura-%C3%A9-respons%C3%A1vel-por-quase-40-da-economia-do-par%C3%A1>. 2017. Acesso em: 20 jun. 2024.

ALMEIDA, E. N.; PEREIRA, C. A.; MCGRATH, D. A experiência da mecanização na agricultura familiar: o estudo de caso de Paragominas, nordeste do Pará. In: ENCONTRO NACIONAL DO SBSP, 4., 2000, Belém. **Anais [...]**. Belém: ENSBSP, 2001. p. 1-35.

BARBOSA, E. S. **Impacto do custo na cadeia de sustentabilidade do manejo do açaizal no município de Abaetetuba - Pará - Brasil**. 2023. Tese (Doutorado em Agronomia) – Programa de Pós-Graduação em Agronomia, Universidade Federal Rural da Amazônia, Belém, 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.326/2006, de 11 de julho de 2006.** Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, DF: Presidência da República, [2006]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm. Acesso em: 10 maio 2024.

BRITO, D. C. **A modernização da superfície:** Estado e desenvolvimento na Amazônia. Belém: NAEA/UFPA, 2001.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina.** Buenos Aires: Edición Nueva Visión, 1974.

COSTA, A. P. D. **A influência da intensificação da produção de açaí (Euterpe oleracea. Mart.) na diversidade de atividades produtivas de ribeirinhos no estuário amazônico.** 2015. Dissertação (Mestrado em Agricultras Amazônicas) – Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

FAO. **El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo.** FAO, Roma, 2023. Disponível em: <https://www.fao.org/3/cc3017en/cc3017en.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2024.

FILGUEIRAS, G. C. Fontes de crescimento do setor agrícola no estado do Pará: avaliação pelo método shift-share. *In:* GRAÇA, H. (org.). **O meio amazônico em desenvolvimento:** exemplos de alternativas econômicas. Belém: Banco da Amazônia, 2003. p. 231-265.

FIGUEIRAS, G. C.; HERRERA, J. A. O segmento da agricultura familiar no estado do Pará: um olhar a partir dos dados do Censo de 2006. **Cadernos Cepec**, Belém, v. 1, n. 7, p. 1-25, 2012.

FOSSÁ, J. L.; RENK, A. O conceito de agricultura familiar: retrocessos do presente. **Revista Grifos**, Chapecó, v. 30, n. 54, p. 73-93, 2021.

FURTADO, C. **Teoria e política do desenvolvimento econômico.** 8. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1983.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil.** 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GALUCH, M. V.; MENEZES, T. C. C. Da reforma agrária ao agronegócio: notas sobre dinâmicas territoriais na fronteira agropecuária amazônica a partir do município de Apuí (Sul do Amazonas). **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 388-412, 2020.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2023.

HERRERA, J. A. **Desenvolvimento capitalista e a realidade da produção agropecuária familiar na Amazônia Paraense**. 2012. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2012.

HURTIENNE, T. Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável na Amazônia. **Novos Cadernos do NAEA**, Belém, v. 8, n. 1, p. 19-71, jun. 2005.

IBGE. Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017#caracteristicas-produtores>. Acesso em: 19 jan. 2024.

IBGE. Bases cartográficas contínuas. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/bases-cartograficas-continuas.html>. Acesso em: 19 jan. 2024.

IBGE. Cidades. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/panorama>. Acesso em: 19 jan. 2024.

LAMARCHE, H. **A agricultura familiar: uma realidade multiforme**. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. v. 1.

LEITÃO, K. O. **A dimensão territorial do Programa de Aceleração do Crescimento: um estudo a partir do PAC no estado do Pará e o lugar que ele reserva à Amazônia no desenvolvimento do país**. 2009. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

LEMONS, C. F. **O processo sociotécnico de eletrificação da Amazônia: articulações e contradições entre Estado, capital e território (1890 a 1990)**. 2007. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

LOUREIRO, V. R. **Amazônia no século XXI: novas formas de desenvolvimento**. São Paulo: Empório do Livro, 2009.

MARQUES, G. S. Fracasso do desenvolvimento regional? Instituições e desenvolvimento na Amazônia. In: GOMES, V. L. B. G.; VIEIRA, A. C. S.; NASCIMENTO, M. A. C. (org.). **O avesso dos direitos: Amazônia e Nordeste em questão II**, Recife: Editora Universitária UFPE, 2016. p. 141-177.

MATOS, R. A.; ROVELLA, S. B. C. Do crescimento econômico ao Desenvolvimento Sustentável: Conceitos em evolução. **Anais da Administração e Ciências Contábeis**, [s. l.], v. 6, n. 3, p. 1-12, 2010.

MONTEIRO, M. A. Apresentação. In: MONTEIRO, M. A.; COELHO, M. C. N.; BARBOSA, E. J. S. (org.). **Atlas Socioambiental: municípios de Tomé-Açu, Aurora do Pará, Ipixuna do Pará, Paragominas e Ulianópolis**. Belém: NAEA, 2009. p. 19-21.

NAHUM, J. S.; SANTOS, C. B. Formação dos projetos de agricultura familiar com dendezeiro na Amazônia Paraense. In: FARIAS, A. L. A. (org.). **O Grande Projeto da Dendeicultura na Amazônia: impactos, conflitos e alternativas**. Belém: NUMA/UFPA, 2023. p. 69-106

OLIVEIRA, G. B. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista FAE**, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 37-48, 2002.

PÊSSOA, E. C. S. **Agricultura familiar no nordeste paraense: um estudo de caso do PRONAF na comunidade Santa Ana – PA - Itabocal, Mãe do Rio (PA)**. 2007. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, Pará, 2007.

SACHS, I. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado**. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SILVA, J. B.; SIMONIAN, L. T. L. População tradicional, Reservas Extrativistas e racionalidade estatal na Amazônia brasileira. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 33, p. 163-175, 2015.

SILVA, G. S. **Agricultura urbana e os circuitos espaciais de produção: as hortas na cidade de Anápolis (GO) (2010-2021)**. 2023. Dissertação (Mestrado em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado) – Unidade Universitária Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas, Universidade Estadual de Goiás, Anápolis, 2023.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. **Agricultura Familiar: realidades e perspectivas**, [s. l.], v. 3, p. 21-45, 1999.

WANDERLEY, M. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 10, p. 42-61, 2003.

Submissão: 04/04/2025 • Aprovação: 25/08/2025